

Ministro admite rever mensalidades escolares

O ministro da Educação, Hugo Napoleão, admitiu ontem uma revisão, por parte do Governo, do Decreto 95.720, que liberou o preço das mensalidades escolares. Um pedido de revogação do decreto foi entregue ao ministro, por representantes da Federação Nacional das Associações de Pais e Alunos (Fenapa). A entidade propôs a vinculação das mensalidades à variação da Unidade de Referência de Preços (URP) e aos reajustes concedidos a professores e pessoal técnico-administrativo, na data-base destas categorias.

A vinculação aos reajustes de professores e pessoal técnico-administrativo seria, conforme proposta da Fenapa, proporcional ao que corresponde à folha de pagamento em relação a outros custos que compõem as despesas das escolas. Desta forma não poderia ultrapassar os 40% no caso dos professores, e 10% no caso de o pessoal técnico-administrativo e de apoio, um total de 50%. As mensalidades já pagas, como quer a entidade, seriam abatidas nas prestações subsequentes.

A Fenapa foi criada horas antes do encontro com o ministro, como resultado de dois dias de reunião de representantes de Associações de Pais e Alunos (APA), de 12 Estados brasileiros. Como presidente foi eleito Luiz Cassemiro dos Santos, que disse que o princípio básico da entidade é a defesa do ensino público gratuito.

Além da revogação do decreto que liberou o preço das mensalidades a Fenapa sugeriu uma fórmula para cálculos das prestações, a partir do 2º semestre letivo, es-

tabelecendo um lucro absoluto de 10% para os donos de escolas. Cassemiro afirmou que da forma que está o lucro dos proprietários é hoje superior a 100%.

O cálculo do valor das mensalidades seria feito, desta forma, mediante a apresentação de planilhas de custo e comprovantes que seriam tabulados pela Fenapa e pelos Procon's — ou outros órgãos responsáveis pela defesa do consumidor de cada Estado — que seria dotado de um sistema computadorizado para uma análise rápida dos dados.

Saindo da parte econômica das propostas levadas pela Fenapa ao ministro foi feita a sugestão para criação, experimentalmente em Brasília, de uma escola pública de co-gestão, que funcionaria com recursos do Governo e dos pais de alunos matriculados na instituição. Esta proposta provocou um «racha» dentro da Federação. Um dos contrários à idéia foi o representante da Bahia, Pedro Trindade Barreto. Segundo ele a co-gestão é apenas uma fórmula de «tirar das costas» do Governo a responsabilidade de garantir educação gratuita à população.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) vai entrar na Justiça contra o decreto do Governo Federal que liberou o preço das mensalidades escolares. O presidente da entidade, Valmir Santos, explicou que a proposta da UNE é de que as mensalidades voltem aos valores de dezembro último, já que durante todo o ano passado foram embutidas nelas as expectativas de aumentos nos custos operacionais das escolas.